# GESTÃO PEDAGÓGICA E INCLUSÃO SOCIAL: O QUE PENSAM PROFESSORES E ESTUDANTES DE UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo<sup>1</sup> Universidade do Estado da Bahia-UNEB Universidade Católica de Brasília-UCB e-mail; meg.pimentel@uol.com.br

CAPANEMA, Clélia de Freitas Universidade Católica de Brasília-UCB e-mail; cleliac@uol.com.br

COITÉ, Simone Leal Souza Universidade Federal da Bahia-UFBA e-mail: scoite@bol.com.br

MENEZES, Sandra Regina dos Santos Universidade Católica de Brasília-UCB e-mail; sanndra.rsm@gmail.com

#### **RESUMO**

Este trabalho é resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi explorar como professores e alunos, que trabalham e estudam numa escola pública do ensino médio da cidade de Barreiras-Bahia, pensam sobre a inclusão escolar. Para tanto, utilizou-se a pesquisa de campo, tendo como instrumentos para coleta de dados o procedimento de cartas para os alunos e o teste de associação livre de palavras para os professores. Fizeram parte desta pesquisa 40 alunos, os quais discorreram textos relacionados à educação inclusiva e 10 professores que foram induzidos a expressar oralmente no teste de associação livre de palavras, termos relacionados à inclusão. O resultado aponta que é preciso oferecer aos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e adquirir autonomia intelectual, sem perder de vista que a educação também é uma chave para o exercício dos demais direitos sociais.

Palavras-chave: Gestão pedagógica. Políticas públicas. Inclusão social.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Bolsista da CAPES – Processo nº BEX 8316/12-0

# 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo explorar como professores e alunos, que trabalham e estudam numa escola pública do ensino médio da cidade de Barreiras-Bahia, pensam sobre a inclusão escolar. O foco da análise foi a gestão pedagógica e práticas de ensino e aprendizagem na dimensão da diversidade e da inclusão social e cultural.

A redefinição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM elaborada e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, em maio de 2011 e homologada pelo Ministro da Educação, em janeiro de 2012, leva em consideração algumas temáticas, como: o financiamento e a qualidade da Educação Básica; o perfil e a formação dos docentes; a relação do Ensino Médio com a educação profissional. O documento contempla, além de outras questões, as mudanças na legislação brasileira e reforça o valor da construção do Projeto Político Pedagógico - PPP das escolas, de maneira a possibilitar diferentes formas de organização e oferta dos saberes na escola, mantida a unidade curricular nacional. Essa mudança deixa a matriz curricular do Ensino Médio mais flexível, conferindo assim mais autonomia às instituições de ensino. A estruturação da proposta curricular compreende a ciência, a tecnologia, a cultura e o trabalho (BRASIL, 2012).

A elaboração das DCNEM se faz necessária também em virtude das novas exigências educacionais decorrentes da aceleração da produção de conhecimentos, da ampliação do acesso às informações, da criação de novos meios de comunicação, das alterações do mundo do trabalho e das mudanças de interesse dos adolescentes e jovens, sujeitos dessa etapa educacional.

Segundo as diretrizes, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, a Educação Especial deve estar prevista no projeto político-pedagógico da instituição de ensino. O Ensino Médio de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades segue os princípios e orientações expressos nos atos normativos da Educação Especial, o que implica assegurar igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o atendimento educacional especializado na rede regular de ensino.

Cabe às instituições de ensino garantir a transversalidade das ações da Educação Especial no Ensino Médio, assim como promover a quebra de barreiras físicas, de comunicação e de informação que possam restringir a participação e a aprendizagem dos educandos.

De 2007 a 2011, o número de alunos com alguma deficiência física ou mental em classes comuns do ensino médio público ou privado subiu 150%, de 13.306 para 33.138. No total, há 8,4 milhões de alunos nessa etapa. O salto é expressivo se comparado ao aumento das matrículas de alunos especiais em classes comuns do ensino fundamental (82,5%) e educação infantil (59,8%). De acordo com o Plano Nacional de Educação uma das metas prevê universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades na rede regular de ensino (BRASIL, 2012).

Este artigo explorou o que pensam professores e alunos sobre o processo de inclusão social em uma escola pública de ensino médio. Para subsidiar a análise utilizou-se o teste de associação livre a palavras indutoras, com os professores. Quanto aos estudantes, buscou-se, por meio de cartas, a possibilidade de opinar livremente sobre a temática estabelecida. Por último, fez-se uma análise documental do PPP, o qual estabelece uma ligação direta com o objeto/fenômeno analisado.

## 2. GESTÃO E GESTÃO PEDAGÓGICA

Nos dias de hoje, frente a tantas transformações científicas, tecnológicas, sociais, éticas, políticas do mundo, a gestão pedagógica da educação deve ter como foco principal a formação para a cidadania, a humanização das pessoas. Gestão da educação é o ato de decidir, organizar e dirigir as políticas educacionais no contexto da "cultura globalizada", respeitando os valores, costumes e razões da diversidade humana. Significa, portanto, responsabilizar-se em assegurar a qualidade da educação, partindo de princípios e objetivos estabelecidos coletivamente, inerentes aos anseios de toda a sociedade (PALAZZO, PIMENTEL & OLIVEIRA, 2011).

Segundo Ferreira (1998, p. 306), gestão é a "atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel". A gestão da educação deve ser comprometida com o respeito às diferenças e às culturas, permitindo a construção de um mundo mais justo e humano para a sociedade mundial.

A organização, como instância socializadora, estabelece permanentemente uma relação dinâmica, de interdependência, com as instituições constituídas de educação (escola e família) por meio dos sujeitos e, portanto, dependentes também entre si. A subjetividade, é algo socialmente estruturado e suas ações se refletem em determinada posição social.

Na visão de Lück (2006, p. 11), "o êxito de uma organização social depende da mobilização conjunta de seus componentes mediante reciprocidade que cria um 'todo" orientado por uma vontade coletiva". Essa autora entende que a participação proporciona oportunidade de as pessoas se sentirem responsáveis por seus resultados, conquistando sua autonomia.

A concepção do termo gestão democrática vem sofrendo alterações ao longo dos tempos. A transição do modelo fragmentado para o modelo globalizado é uma mudança paradigmática que vem ocorrendo no âmbito das instituições, das organizações e principalmente nos sistemas de ensino (PIMENTEL, 2008, p. 38)

Discutindo democracia, Capanema e Pimentel (2007) alertam para o fato de que a ampliação do espaço democrático para a participação de todos na tomada de decisão deve ser uma ação progressiva e consciente dos envolvidos e requer uma gestão comprometida com os problemas sociais e com o exercício da política local.

## 3. INCLUSÃO SOCIAL NUMA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Durante muitos anos, as pessoas com deficiência ficaram à margem da sociedade, sendo ignoradas e excluídas. A escola era voltada somente para os alunos que tinham condições de acompanhar os métodos de ensino e eram capazes de manter-se no ritmo com tempo preestabelecido para a aprendizagem. Até então, a deficiência era considerada um

problema pessoal e por isso a pessoa tinha que ser reabilitada e educada para ser inserida na sociedade, tornando-se apta para satisfazer os padrões e as exigências do meio social.

Assim, as pessoas com deficiência que atingissem as condições mínimas, estabelecidas pelo meio social, eram agrupadas numa classe especial ou numa escola especial. Porém, na década de 90, esse modelo de segregação passou a ser questionado e contestado por diversos profissionais. Nesse período, surge, então, o conceito de inclusão, no sentido de atender às diferenças. Dessa forma, as escolas, as empresas e os espaços públicos passam a ficar preparados e adaptados para receber as pessoas com deficiência. Assim, todos devem encontrar alternativas que beneficiem a inclusão das pessoas com deficiência.

Hoje, a educação inclusiva desempenha importante papel de transformação social e cultural na vida das pessoas com necessidades educacionais especiais. Muitos mitos e estereótipos com relação aos diversos tipos de deficiências deixaram de existir, pois vem sendo oferecida a essa parte da população oportunidades de desenvolver-se sócio-intelectualmente.

A escola inclusiva ensina a tolerância para todos, os que diariamente estão na escola e para toda a comunidade escolar. A inclusão nas escolas regulares funciona como um catalisador de mudanças gerando uma melhoria na qualidade da educação. É necessário criar uma interação entre o deficiente e o não deficiente e essa interação extrapola o contato físico. É preciso entender que a inclusão é estar com, não é simplesmente o fato de o deficiente estar na sala de aula, ele tem necessariamente que interagir com o outro, com a sua turma, com os seus professores, enfim com toda comunidade escolar.

Segundo Prieto (2006), dois grandes desafios estão colocados para a sociedade brasileira. Um deles é fazer com que os direitos ultrapassem o que está legalmente instituído; o outro desafio consiste na construção de respostas educacionais que atendam às necessidades dos alunos.

Dessa forma, uma escola, para ser inclusiva, precisa refletir sobre o seu projeto pedagógico, pois a inclusão vai além da construção de rampas e ambientes adaptados. É fundamental que o gestor e o coordenador pedagógico criem condições para pensar e fazer coletivamente, articulando ações que valorizem a diversidade, dando condições e oportunidades de aprendizagem a todos os alunos independentemente de sua deficiência.

Diante disso, surge também a necessidade de a equipe de professores da escola inclusiva rever sua prática pedagógica. Entretanto, o papel do professor ainda continua o de regente de classe e não especialista em deficiência. Ele precisa ter a capacidade de entender, reconhecer e considerar o outro, valorizando o aluno e entendendo o que ele pode ser. Assim, o docente estará garantindo ao aluno deficiente o direito à educação.

Atualmente, muitos professores que lidam com alunos com necessidades especiais dispõem da equipe de atendimento especializado para facilitar o aprendizado do aluno deficiente, mas nada impede que eles busquem sua própria capacitação. Esses docentes acabam estabelecendo uma relação de comprometimento com a aprendizagem de seu aluno que extrapola a sua condição de professor regente, interferindo de tal forma na sua prática pedagógica que ele rompe barreiras e encontra meios para que seus alunos deficientes sejam realmente incluídos.

Muitos diversificam o seu fazer pedagógico, proporcionando o real aprendizado dos alunos com deficiência, embora sejam ou não capacitados para tal. Uma boa criatividade e a utilização do computador têm trazido soluções para facilitar o aprendizado desses alunos, principalmente os alunos com deficiência visual.

A mobilização por uma educação inclusiva perpassa discussões muito mais amplas e estão imbricadas no conceito de educação em direitos humanos. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, lançado em 2003 apóia-se nos princípios da cultura democrática, na sustentabilidade, na justiça social, na inclusão e na pluralidade (BRASIL, 2009).

Dentre as 27 ações programáticas do PNEDH para a educação básica, vale ressaltar uma que contempla "fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências (...). assegurando a formação continuada dos trabalhadores da educação" (BRASIL, 2009, p. 33).

Destarte, Nader (2010, p. 421) defende a ideia de que nos currículos escolares sejam introduzidas disciplinas cujos conteúdos estejam centrados em Direitos Humanos. A proposta tem como finalidade "a manutenção do currículo formal em sua organização atual, e que a

ênfase do processo ensino-aprendizagem seria tratada a questão dos direitos humanos, constituindo-se como um todo orgânico".

Assim, a implementação de planos e programas nacionais para a garantia da inclusão social se constituem em uma ação conjunta e equânime na promoção da educação em direitos humanos enquanto política pública.

## 4. INCLUSÃO SOCIAL: O QUE PENSAM PROFESSORES E ALUNOS

A escola pública investigada funciona com o Ensino Médio e Ensino Médio Modalidade Normal (formação de professor). Conta, com 1.917 alunos, distribuídos em três turnos de funcionamento. Quanto ao curso normal, o colégio tem 302 estudantes, 148 no turno matutino e 154 no turno vespertino.

O corpo docente é composto por 70 professores, com vínculos: estatutário, contratado e estagiário. Segundo documentos do Colégio, 95% dos professores têm graduação, destes 80% são especialistas. Vale ressaltar que os 5% dos docentes que não têm graduação encontram-se, atualmente, em processo de graduação, atendendo ao artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determina que "a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação" (BRASIL, 1996).

Fizeram parte desta pesquisa 10 professores e 40 alunos, escolhidos aleatoriamente. Quanto à opção pela instituição de ensino de médio, sucedeu-se pelo fato de o tema em questão ainda ser pouco discutido em pesquisas e também pela grande concentração de adolescentes com necessidades educacionais especiais, conforme mostra o quadro 1, abaixo:

Descrição	Série	Quantidade
Surdo-mudo	2ª série do ensino médio	6
Cega-surda-muda	3ª série do curso normal	1
Transtorno TDAH	1ª série do ensino médio	1
Baixa visão	3ª série do curso normal	1
Cadeirante	2ª série do curso normal	1
TOTAL		10

Quadro 1 – Levantamento das necessidades educacionais especiais no CEAG – 2012

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados: para os alunos foi empregado o procedimento de cartas e para os professores foi dirigido o método de Entrevista com Teste de Associação livre de palavras. Também, analisou-se o PPP da escola.

O instrumento das cartas empregado com os alunos decorreu em forma de um desafio da seguinte forma: Imagine que você tem um (a) amigo (a) que mora em outra cidade. Escreva a ele (a) contando como ocorre o processo de inclusão na escola onde você estuda. O objetivo desta proposta é justamente examinar detalhadamente o que os jovens pensam sobre a inclusão social e sua expectativa em relação ao tema.

Para tanto, foram empregados temas pré-estabelecidos para o desenvolvimento das cartas, sendo imprescindível discorrer entre 15 a 20 linhas. Os pontos a ser discutidos foram:

A minha escola é inclusiva; A inclusão escolar na perspectiva do direito cidadão; Toda
pessoa tem o direito de ser educado em uma escola integradora; A escola deve
aperfeiçoar seus métodos para adequar às deficiências ou as necessidades educacionais
especiais; Uma escola inclusiva tem como eixo a garantia de uma educação de
qualidade para todos.

Todavia, não é tão comum, no Brasil, estudantes do ensino médio discutirem sobre questões tão complexas como o processo de inclusão social, porém é preciso urgentemente a reflexão deste fenômeno, pois a inclusão aumenta nas escolas: o Brasil tem 568,9 mil alunos com deficiência no ensino fundamental, enquanto, no médio, são cerca de 34 mil (BRASIL, MEC, 2012).

Portanto, o procedimento de empregar cartas como a captação de informações para a realização da presente pesquisa, objetivou privilegiar e explorar ao máximo o olhar subjetivo do estudante e, respectivamente, levá-lo à reflexão sobre os alunos com necessidades educacionais especifica.

O teste de associação livre de palavras destinada a professores consistiu na técnica, em que, a partir de uma ou mais palavras indutoras, pedir ao professor que as associe às primeiras palavras ou expressões que lhe venham à cabeça. Ou seja, o teste de associação livre de palavras é uma técnica interrogativa, de aplicação rápida e de fácil compreensão, amplamente empregada nas pesquisas sobre representações sociais, que permite colher elementos por meio

de expressões verbais espontâneas menos controladas e mais autênticas, que seriam perdidas ou mascaradas nas produções discursivas.

Para tanto, no teste de associação livre de palavras, quanto mais rápida e explosiva for a resposta do entrevistado, melhor e mais autêntica será, ressaltando-se que a resposta não deve ultrapassar três minutos (NÓBREGA & COUTINHO, 2003). Assim sendo, o método do teste de associação livre de palavras foi direcionado para 10 docentes e, ao final da entrevista, foi proposta mais uma pergunta pela qual eles pudessem relatar como ocorre o processo de inclusão na escola pesquisada.

As palavras indutoras e a pergunta empregada para a apreensão das informações dos docentes foram:

• Ensino médio/jovens; Qualidade da educação; Inclusão social e cultural; Gestão de aprendizagem; Práticas de ensino; Diversidade; Formação dos professores. Como ocorre o processo de inclusão escolar nesta unidade de ensino?

É a partir da reflexão sistemática sobre o cotidiano, vivido pelos professores e alunos, que se poderá lançar um novo olhar e, consequentemente, produzir uma nova espécie de conhecimento, que também contemple aquilo que foi dado como resposta, tanto nas entrevistas quanto nas cartas.

#### 4.1. Análise das cartas

Por meio dos instrumentos utilizados nesta pesquisa, "cartas e entrevista", procurou-se explorar e compreender o processo de inclusão escolar na perspectiva de alunos e professores de uma escola pública de ensino médio da cidade de Barreiras-Bahia.

Todas as cartas foram lidas e classificadas e, perante o vasto leque de problematizações e da riqueza de detalhamentos detectados, o passo seguinte foi selecionar algumas cartas que relatavam com mais precisão as informações relacionadas ao tema de estudo. Entretanto, para que haja uma melhor compreensão das informações, elas serão apresentadas no quadro 2, seguido de trechos extraídos das cartas dos participantes que estão agrupados abaixo:

Temas propostos	Trechos selecionados das cartas dos estudantes					
	Estudante A	Estudante B	Estudante C			
A minha escola é inclusiva	A escola em que estudo deu o 1º passo para a tão sonhada inclusão, matriculou pessoas com deficiências nas salas regulares de ensino.	A equipe do colégio acolhe bem estes alunos e faz o que pode para que eles possam ter uma boa educação.	Os alunos da minha escola se dão muito bem com os alunos deficientes, porque eles não têm preconceito.			
A inclusão escolar na perspectiva do direito cidadão	É comum vermos na educação o slogan: "educação para todos", mas será que essa educação é para todos? Será que todas as classes estão inclusas?	Todos nós cidadãos temos o direito de estudar, não importa nossa cor, etnia, religião, classes social ou opção sexual.	As escolas do nosso país excluem alguns cidadãos pelo fato de serem diferentes.			
Toda pessoa tem o direito de ser educado em uma escola integradora	No mundo de hoje ainda existem pessoas racistas, não só com os negros, mas também pelo modo de ser.	No currículo do curso Normal existe a disciplina "Educação inclusiva". É o primeiro passo.	Eu acredito que o professor deve buscar diferentes métodos para trabalhar com seus alunos.			
A escola deve aperfeiçoar seus métodos para adequar às deficiências ou as necessidades educacionais especiais	As escolas devem ter psicólogos, fisioterapeutas para saberem lidar com os alunos especiais.	A escola deve aprimorar e preparar seus métodos para receber os alunos com necessidades especiais.	A escola inclusiva deve oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos.			
Uma escola inclusiva tem como eixo a garantia de uma educação de qualidade para todos.	A educação brasileira deveria ser inclusiva como diz a lei, mas não é o que verdadeiramente acontece na escola pública.	Vivemos em uma sociedade fechada para as diferenças. Que repudia todos aqueles que não vivem conforme suas regras.	Os indígenas também são excluídos porque não se ensina a cultura deles.			

Quadro 2 – Levantamento dos trechos das cartas

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

As informações apresentadas revelam que a ideia de educação especial perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades de ensino, sem substituí-los, oferecendo aos seus alunos serviços, recursos e estratégias de acessibilidade ao ambiente e aos conhecimentos escolares. Assim, um novo conceito de educação especial enseja novas práticas de ensino, com vistas a atender as especificidades dos alunos que constituem seu público alvo e garantir o direito à educação a todos. De acordo com Silva (2005, p. 100), a "diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril".

Na tessitura social a inclusão deve romper com os paradigmas que sustentam as práticas escolares, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Os participantes, em suas cartas, questionam e apontam os modelos de educação inclusiva, a fim de garantir os perfis específicos de alunos nas escolas, promovendo a inserção ou exclusão social.

#### 4.2. Análise das entrevistas

Para as entrevistas com os docentes, optou-se pelo procedimento do teste de associação livre de palavras, fundamentado em Nóbrega e Coutinho (2003), tendo um propósito específico em captar informações com mais originalidade e, ao mesmo tempo, de forma rápida, pois, segundo o autor, quanto mais rápida e explosiva for a resposta do entrevistado, melhor e mais autêntica será a resposta, ressaltando que a resposta não poderia ultrapassar três minutos. Porém, nesta pesquisa foi determinado que a resposta dos professores entrevistados não devesse ultrapassar dois minutos.

Deste modo, abaixo, no quadro 3, estão relacionadas as palavras indutoras e as respectivas respostas do professores:

Professor(a)	Palavras ou expressões indutoras						
	Ensino médio/jovens	Qualidade da educação	Inclusão social e cultural	Gestão de aprendizagem	Práticas de ensino	Diversidade	Formação dos professores
A	Baixo nível de aprendizagem	Melhoria da qualidade	Direito do cidadão	Avaliação contínua	Ações pedagógicas	Respeito	Qualidade da educação
В	Empreendedoris mo/Profissionalis mo	Formação integral	Formação; respeito	Autonomia; participação	Inovadora; dinâmica; prazerosa	Cultural; respeito	Redimensio namento da ação
C	Formação	Melhoria	Educação	Mediada	Motivação	Respeito	Necessária
D	Falta humanização e politização	Absurda	Longe do idealizado	Necessário	Contextuali zação	Ignorada pela maioria	Urgência
E	Cidadania	Fator político- social	Diversidade	Democrática	Interdiscipli naridade	Valorizar as diferenças	Continuada
F	Futuro	Essencial	Democracia	Desenvolvim ento do estudante		Respeito	Preparar para os desafios
G	Decisão profissional	Busca constante	Passos largos	Coletividade	Inovação	Respeitada	Necessária

Quadro 3 – Palavras indutoras e respostas dos professores do CEAG - 2012

Fonte: Pesquisa de campo (2012)

Os professores confirmam, a partir das palavras indutoras agrupadas acima, que as mudanças não ocorrem pela mera adoção de práticas diferentes de ensinar. Elas dependem, muitas vezes, da experiência educacional inclusiva que eles presenciaram no decorrer da sua trajetória profissional. De acordo com Bondía (2002), a experiência é um saber subjetivo, pessoal, relativo, adquirido nas ocasiões em que se entende e atribuem sentidos ao que acontece ao nosso redor.

Ao acolher as diferenças na sala de aula o professor irá romper com práticas padronizadas e homogêneas dos alunos. Os participantes se posicionaram a partir das reais condições de trabalho que lhes são postas o seu papel formador, que não se restringe a ensinar

somente a uma parcela dos alunos que conseguem atingir o desempenho exemplar esperado pela escola. Ele ensina a todos valorizando e respeitando cada estudante.

A gestão da aprendizagem é constatada pelos professores levando-se em conta a autonomia, a coletividade, a participação, a avaliação contínua, proporcionando o desenvolvimento integral dos estudantes. Com relação às práticas de ensino, afirmaram que são inovadoras, prazerosas, dinâmicas, contextualizadas e que promovem a interdisciplinaridade. "A interdisciplinaridade contribui para minimizar os efeitos perniciosos da compartimentalização, mas não significaria, de forma alguma, o avanço para um currículo não disciplinar" (GALLO, 2002, p. 28-29). Os currículos, quando contextualizadas, reconhecem e valorizam os alunos em suas peculiaridades de etnia, de gênero, de cultura.

# 4.3. Indagação direta ao professor: como ocorre o processo de inclusão escolar nesta unidade de ensino?

Os professores focalizaram em suas respostas que os alunos são matriculados na escola, porém não há uma preocupação com a qualificação docente e/ou formação adequada. "Os alunos com deficiências estão na escola, mas os professores continuam trabalhando da mesma forma e a mediação fica a cargo dos intérpretes" (PROFESSOA A e G)

Outros professores relataram que na escola o processo de inclusão acontece de forma lenta e desarticulada. "Nesta unidade escolar o processo de inclusão está voltado apenas para um pequeno grupo e, mesmo assim, precário. Falta uma política interna de organizar, estruturar e articular este processo de inclusão" (PROFESSORA D).

Em contrapartida, os professores B, C, E e F focalizaram suas respostas da seguinte forma: "Há uma estrutura física possível; contamos com intérpretes; temos sala de AEE; houve sensibilização com os professores no início do ano; porém ainda não é o que se espera de uma escola inclusiva" (PROFESSORES B,C, E e F).

O debate pela educação inclusiva é mundial e prioriza ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito á educação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de

equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

A função precípua da educação, de um modo geral, e do ensino médio, vai além da formação profissional e atinge a construção da cidadania. É preciso oferecer aos nossos jovens novas perspectivas culturais para que possam expandir seus horizontes e adquirir autonomia intelectual, assegurando-lhes o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chave para o exercício dos demais direitos sociais.

#### 4.4. Análise do PPP da escola

Ao analisar o PPP da escola, no item **Organização da escola e do ensino**, observou-se uma preocupação na garantia do direito à educação, a inclusão e a qualidade social. O referido documento apresenta embasamento legal sobre o processo de inclusão, destacando as resoluções e as diretrizes atuais de atendimento educacional especializado. Abaixo, transcrevemos alguns trechos, na íntegra, como se encontram no documento analisado:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os estudantes.

A Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

O artigo 2º Parágrafo único, da referida diretriz, estabelece que "os recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços" (BRASIL, 2009).

Desta forma, a unidade escolar, que conta com estudantes com necessidades educacionais específicas (cegueira, surdez, baixa-visão, cadeirante) a unidade foi organizada para garantir as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (PROJETO..., 2012, p. 26-28).

Assim, ao analisar o PPP da escola pesquisada, percebe-se que a prática pedagógica está pautada nos princípios da democracia e da inovação curricular. Tem-se no PPP a oportunidade de ser exercida, e essa oportunidade não pode ser perdida. A interface da educação especial com o PPP ficou evidenciada nos trechos acima ao assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes no cotidiano escolar e nos projetos pedagógicos da escola, tendo com base as diferenças socioculturais dos estudantes.

# 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola precisa criar mecanismos de mudanças em sua organização pedagógica. A instituição educacional deve oferecer o atendimento especializado, em paralelo às aulas e, de preferência, que esse atendimento aconteça no próprio ambiente escolar. Mesmo que a escola tenha suas limitações, ela deve exigir dos órgãos competentes e de seus respectivos dirigentes o suporte previsto na legislação vigente. Enfim, é preciso encontrar meios para que o aprendizado se estabeleça e o aluno se sinta realmente inserido concretizando assim o processo pedagógico.

Finalmente, faz-se necessário reconhecer e valorizar as diferenças sem discriminar os alunos ou segregá-los. É obrigação do estado proporcionar ao indivíduo o direito à educação e que seja oferecida a ele a oportunidade de atingir um nível aceitável de aprendizagem

independente de sua condição física, intelectual e social. A Constituição garante o acesso de todos ao ensino, de forma que os alunos com necessidades especiais tenham garantido seu atendimento especializado na escola.

## 6. REFERÊNCIAS

jul. 2012.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. In: Revista Brasileira de Educação, Jan/Fev/Mar/Abr 2002, nº. 19, p. 20-28. BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, 23 dez. 1996. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. \_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <a href="http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol\_4\_2009\_CNE\_CEB.pdf">http://peei.mec.gov.br/arquivos/Resol\_4\_2009\_CNE\_CEB.pdf</a> . Acesso em: 25 jun. 2012. .Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009. . **Plano Nacional de Educação**. Ministério da Educação. Disponível em: <a href="http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas\_tecnicas\_pne\_2011\_2020.pdf">http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas\_tecnicas\_pne\_2011\_2020.pdf</a>. Acesso em: 14 jul. 2012. \_. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ministério da Educação. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&task>. Acesso em: 14

CAPANEMA, Clélia de Freitas; PIMENTEL, Gabriela Sousa Rego. A interface entre gestão democrática e clima organizacional. In: XXIII Simpósio Brasileiro, V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2007, Porto Alegre, RS, Brasil. **Cadernos ANPAE no. 4 – 2007 – ISSN 1677-3802** 

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. A gestão da educação e as políticas de formação de profissionais da educação: desafios e compromissos. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

GALLO, Silvio. Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar. In: ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite (orgs.). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PALAZZO, Janete; PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo; OLIVEIRA, Zenaide dos Reis Borges Balsanulfo de. Os caminhos da educação básica na perspectiva da gestão democrática. **e-Revista Facitec**, Brasília, v. 6, n. 1, jan.-jul. 2011. Disponível em: <a href="http://www.facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/view/83/54">http://www.facitec.br/ojs2/index.php/erevista/article/view/83/54</a>. Acesso em: 25 jun.2012.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série: Cadernos de Gestão.

NADER, Alexandre Antonio Gili. O estado nas políticas educacionais e culturais em direitos humanos: o papel a ser desempenhado pela escola (pública). In: GOGOY, Rosa Maria *et al.* **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. Brasília, DF: Secretaria Especial em Direitos Humanos, 2012.

NÓBREGA, S.M.; COUTINHO, M.P.L. O teste de associação livre de palavras. In:COUTINHO *et al.* **Representações sociais:** abordagem interdisciplinar. João Pessoa:Editora Universitária, 2003. p. 67-77

PIMENTEL, Gabriela Sousa Rêgo. **Clima organizacional e gestão democrática no contexto de uma universidade pública**. Brasília, 2008. 112 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Atendimento Escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Inclusão Escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

Projeto Político Pedagógico. **Colégio Estadual Antonio Geraldo**, Barreiras, BA, n. 1, p. 26-28, jun. 2012.

SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2005.